

Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONEN/AM

Aos dias 25 de abril de 2024, foi realizada a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONEN/AM, de forma remota. A reunião foi iniciada pela **Sra. Flávia Ribeiro Batista (SEJUSC)**, Presidente do Conselho, a qual deu as boas-vindas àqueles que se faziam presentes: **O Vice-presidente, Sr. Cassius Clei Aguiar (OAB)**, a **Sra. Yara Marinho (MP)**, a **Sra. Rosália Guimarães (TJAM)**, a **Sra. Larissa Vianez (DPE)**, a **Sra. Lívia Lima (SES)**, a **Sra. Tereza Cristina (CRESS)** e o **Sr. Júlio Cesar (CRP)**. Em seguida apresentou as pautas que seriam abordadas nesta reunião.

Dando início as pautas previstas, a **Presidente Sra. Flávia Ribeiro** abriu espaço para considerações quanto a **Ata da 4ª Reunião Ordinária**. A **Sra. Rosália Guimarães (TJAM)** se manifestou quanto a esta pauta, para entender melhor, pois não participou das últimas reuniões. Sendo assim, a **Presidente Sra. Flávia Ribeiro** explicou que fora acordado entre os pares que não seria mais feita a leitura das Atas nas Reuniões, tendo em vista que a leitura toma muito tempo, e que para facilitar, ela seria enviada com antecedência para leitura prévia, e, que quando fossem realizadas as reuniões, o Colegiado só faria as ponderações e a aprovação. Feitos os esclarecimentos, não houve nenhuma manifestação quanto a referida Ata e a Presidente a declarou aprovada.

Prosseguindo com as pautas programadas, a **Presidente, Sra. Flávia Ribeiro**, abriu a discussão quanto ao Calendário de Ações do Conselho, uma vez que em Junho se celebra o Dia Mundial de Combate às Drogas, visando a importância da atuação do Conselho. O **Sr. Julio Cesar (CRP)**, saudando a Presidência e os colegas, falou que havia pensado na ideia de se realizar uma ação como uma espécie de Consultório na Rua, justamente porque as pessoas em situação de rua, em boa parte são usuários de drogas. Deu exemplos de atividades que mobilizem alguns grupos que trabalham na área de assistência e saúde, buscando ofertar uma melhor uma qualidade de vida e proporcionando escutas. Além disso, ressaltou a importância de se incluir esse tipo de atuação de campo dentro dos serviços psicossociais, pois se vê muito pouco. A **Sra. Lívia Lima (SES)** esclareceu que o Consultório na Rua não faz parte da Rede de Atenção Psicossocial, mas sim da Atenção Básica, entretanto, não excluiu a possibilidade da realização do trabalho em conjunto com a rede. Além disso, informou que a equipe da SES está em discussão para a realização de um Simpósio no mês de junho e propôs a possibilidade do CONEN entrar na programação. A **Presidente Sra. Flávia Ribeiro** falou da importância das duas sugestões, principalmente porque no CONEN há representantes que trabalham direta e indiretamente com essas pautas, por meio de várias vertentes, como o Judiciário, a Defensoria, o CRP, o CRESS, a OAB e etc.

A **Sra. Lívia Lima (SES)** disse que, quanto ao Projeto do Simpósio, ainda entrarão em discussão e se deixou aberta para demais interlocuções. Quanto a este ponto, a **Sra. Tereza Cristina (CRESS)** questionou se já teria alguma data para a realização

do Simpósio, e a Sra. Livia Lima (SES) disse que será em junho, provavelmente no início do mês, mas ainda sem data específica. Após isto, o Vice-presidente, Sr. Cassius Clei Aguiar (OAB) questionou porque não há eficácia na proposta do Conselheiro Sr. Julio Cesar, e, por isso, gostaria de entender o posicionamento da Conselheira Sra. Livia Lima (SES). Então, a Sra. Livia Lima (SES) explicou que, na verdade, só quis dizer que o Consultório na Rua não faz parte da Rede de Atenção Psicossocial, justamente porque ele é um dispositivo da Atenção Básica. Entretanto, isso não inviabiliza o trabalho conjunto. Além disso, reiterou que a atividade sugerida pelo Sr. Júlio Cesar (CRP) de fazer uma atividade *in loco*, no "corpo a corpo", onde se tenha a maior concentração de pessoas em situação de rua que também fazem uso de algum tipo de substância é muito eficaz e que deve ser levado em consideração outras questões como o levantamento de usuários que necessitam de algum acolhimento, de uma escuta, de cuidado. Além disso, sugeriu também a realização dessas atividades em outros pontos da cidade, além do centro.

A Presidente Sra. Flávia Ribeiro disse que acredita que o que o Conselheiro Sr. Júlio Cesar (CRP) quis dizer foi a ideia de realizar uma ação nos moldes de um Consultório na Rua, tendo em vista que o Consultório é um serviço itinerante, que vai até a pessoa que necessita. A Sra. Livia Lima (SES) explicou que Consultório na Rua faz um trabalho muito parecido como uma UBS, pois ele vai levar, fazer a escuta e gestão das necessidades da pessoa, no geral. A Sra. Tereza Cristina (CRESS) sugeriu que o Colegiado poderia ver alguns pontos, não só um local, para abranger mais pessoas. Ainda sobre este ponto, o Sr. Júlio Cesar (CRP) reforçou, conforme os esclarecimentos da Sra. Livia Lima (SES), que não seria um Consultório na Rua, em sua plenitude, pois a ideia seria focar nos casos de dependentes químicos, afinal, boa parte é dependente químico, tanto é que o Consultório na Rua é voltado também para esse público. Disse ainda, que, com relação à fala da Sra. Tereza Cristina (CRESS), teríamos que pensar, pois na hora que fazer a separação dos conselheiros participantes, seria válido organizar conforme o número de técnicos especializados disponíveis para ação, como o número de assistentes sociais e outros. A Sra. Tereza Cristina (CRESS) comentou que já trabalhou com adolescentes em drogadição e que são muitos por lá, então teria que verificar as zonas em que o Conselho teria que atuar e que seria importante ter não só assistentes sociais, mas também psicólogos para ajudar, advogados, cada um de cada área e que assim seria o ideal.

A Presidente Sra. Flávia Ribeiro reforçou que, quanto às sugestões apresentadas, seria tranquilo, pois no Conselho já têm várias áreas. Ademais, disse que está gostando da troca de ideias, e o que forem sugerindo, não tem dúvidas de que o Conselho tem condições de fazer. Disse, ainda, que daria pra trabalhar as questões de ações *in loco*, daria pra realizar ações de cunho mais científico como Simpósio, e também daria até para trabalhar a Políticas voltadas para o eixo da pós-recuperação, proposta a qual ela gostaria de apresentar ao Colegiado. Manifestou que sente falta dessa Política Pública chegar aos que já estão em tratamento, tendo em vista que quando eles egressam, não têm para onde ir, não tem um emprego, não tem um curso, então seria também uma outra ideia. E que depois poderia conversar a Conselheira Fabia Ileana (SES) para realizar uma ação como rodas de conversa, serviços de cidadania, serviços do SINE, serviços de esporte e etc no Centro de

Reabilitação em Dependência Química – CRDQ, para que todos os assistidos se sintam contemplados com as Políticas Públicas de reinserção social.

A Sra. Livia Lima (SES) perguntou se há alguém da Assistência Social ou do CRESS, pois como o Conselheiro Sr. Júlio Cesar (CRP) deu a ideia de realizar essa atividade *in loco*, seria ideal ir para além da saúde porque podem existir pessoas em situação de rua que fazem uso de substância, mas que não queiram nenhum cuidado de saúde, pois é decisão do ser humano. Em contrapartida a isso, pode-se e ofertar apoio quanto ao fortalecimento do vínculo familiar, quanto a emissão de documentos, quanto a iniciativa de trabalho e renda, e também quantos aos encaminhamentos para acolhimento, centro pop e etc. A Sra. Tereza Cristina (CRESS) ainda reforçou que caso dê certo, o Conselho pode marcar uma vez por mês, mudando a equipe, fazendo rodízio nas zonas;

Após isto, A Sra. Livia Lima (SES) questionou qual seria o objetivo dessa ação. Se seria fazer uma Campanha de Prevenção de substâncias, informar a pessoa em situação de rua/dependência de drogas que pode diversos direitos, pois ainda não havia conseguido captar o que estava em construção na reunião.

A Sra. Rosália Guimarães (TJAM) levantou a mão para informar que esses termos mais técnicos como “Atenção Básica”, “Psicossocial”, dito pela Conselheira Sra. Livia Lima (SES), não faziam parte do seu nicho de conhecimento, e que dessa área mais específica acredita que seja mais fácil pra aos colegas que são da assistência social e de áreas especializadas. Afirmou que estava ouvindo e achando muito interessante, e que havia gostado da proposta do Conselheiro Sr. Júlio Cesar (CRP), pois é uma forma de trazer algo mais concreto. Além disso, entende as preocupações da conselheira Sra. Livia Lima (SES), pois na rua tem de tudo e é importante fazer também esses filtros. Após estas ponderações, declarou que da sua parte não estaria apta para ajudar nessa parte mais prática de assistência social e que não vê vantagem por isso. A Conselheira Sra. Rosália Guimarães (TJAM) reforçou, que acha muito importante, inclusive, mas não vê contribuição que possa dar. Concluiu que se fosse algo voltado para debater, algo no estilo acadêmico, o Conselho poderia contar com sua participação, tendo em vista que sua atuação é com processos, área bem diferente. A Sra. Livia Lima (SES) se dispôs ajudar e disse que qualquer coisa Conselheira Sra. Rosália Guimarães (TJAM) pode falar, pois há questões do judiciário que ela também não tem conhecimento.

A Presidente Sra. Flávia Ribeiro explicou que esta ação poderia ser intitulada como piloto, pois trata-se da primeira atuação do Grupo quanto conselho. Além disso, após observar a discussão entre os pares, com relação ao Simpósio, comentado pela Sra. Livia Lima (SES), disse que o Conselho se expressou favorável. Aproveitando o ensejo, questionou se os conselheiros se manifestavam favorável também quanto a realização de uma atividade para os assistidos do Centro de Reabilitação em Dependência Química.

A Sra. Tereza Cristina (CRESS) se manifestou favorável. A Sra. Rosália Guimarães (TJAM) informou que já esteve no CRDQ mais de uma vez e acha que o Conselho precisa ir lá nem que seja só para conhecer o Centro de Reabilitação e saber como

funciona e ter ciência de seus objetivos. A Conselheira considera muito importante a realização de alguma atividade e que podem contar com sua colaboração. A **Sra. Larissa Vianez (DPE)** informou que, para constar, acha válida todas as propostas, e que estava só ouvindo também, e o que puder colaborar, fará o que estiver ao seu alcance.

O **Vice-presidente, Sr. Cassius Clei Aguiar (OAB)**, ponderou acreditar que essas visitas nesses ambientes de trabalho têm que ser constantes no calendário do Conselho, não só nesses momentos em que já que existe essa possibilidade, pois com o número de participantes que estão ingressando no Conselho, até é possível fazer uma relação de quem pode ir, fazer rodízio; e ainda defendeu a possibilidade de se fazer um cronograma para fazer essas visitas, de forma constante. Quanto a esta declaração, a **Sra. Rosália Guimarães (TJAM)** disse concordar, mas com a ressalva de que não fossem com tanta frequência, mas de um espaço de 3 em 3 meses para não interferir na agenda e nos objetivos de trabalho do próprio conselho.

A **Presidente Sra. Flávia Ribeiro** frisou a importância de definir uma data prévia para estas ações, como na terceira semana do mês de junho, deixando a cargo dos conselheiros a escolha de qual ação se faria primeiro, ou a ação para pessoas em situação de rua ou a ação no Centro de Reabilitação. A **Sra. Tereza Cristina (CRESS)** sugeriu a primeira ser ação no Centro de Reabilitação e a segunda ser para as pessoas em situação de rua. O **Sr. Júlio Cesar (CRP)** disse que concorda e que inclusive já conhece o local, ele considera referência no país, no que diz respeito a sua estrutura e equipe organizacional, e que sempre leva seus alunos para conhecer esse trabalho. A **Presidente Sra. Flávia Ribeiro** concordou e falou da importância da atividade no local, pois será uma forma também de dar mais visibilidades aos serviços que o equipamento oferece. Além disso, afirmou que já vai sugerir as datas e que providenciará o traslado. A **Sra. Livia Lima (SES)** disse que ao olhar sua agenda percebeu que não iria conseguir contribuir de corpo presente, devido algumas atividades do seu trabalho que já estão marcadas para o mês de junho, entretanto, se dispôs para contribuir de outras formas. A **Sra. Tereza Cristina (CRESS)** comunicou, lamentavelmente, que em junho e junho estará em São Paulo para resolver questões de saúde e estará também ausente nessas atividades;

A **Sra. Livia Lima (SES)** expôs que esteve pensando na possibilidade do Conselho fazer alguma atividade informativa para a população conhecer o CONEN, explicitando os objetivos, função e seus serviços. A **Presidente Sra. Flávia Ribeiro** reforçou que é uma preocupação da presidência e disse que já buscou parcerias para divulgação, inclusive com o Presidente do CRC, André Caria, e afirmou que o plano de divulgação já está pronto, mas que antes da divulgação, seria necessária a confecção da identidade visual do Conselho. Após este esclarecimento, a **Presidente Sra. Flávia Ribeiro** propôs a possibilidade de se fazer no dia 13 a ação no CRDQ e dia 27 a ação para pessoas em situação de vulnerabilidade;

A **Sra. Larissa Vianez (DPE)** perguntou se seria pela manhã ou tarde, pois na maioria dos dias ela tem audiência. a **Sra. Rosália Guimarães (TJAM)** concordou. O **Sr. Júlio Cesar (CRP)** concordou em ser pela parte da tarde. A **Presidente Sra. Flávia Ribeiro** lembrou que o local fica na AM 010, ou seja, na estrada, e que seria

necessário sair cedo. A Sra. Livia Lima (SES) concordou. O Vice-presidente, Sr. Cassius Clei Aguiar (OAB) frisou que na sexta-feira só teria disponibilidade pela manhã. Após essas discussões, a Sra. Tereza Cristina (CRESS) sugeriu que fosse colocado a enquete no grupo. Todos concordaram.

Após este momento, o Vice-presidente, Sr. Cassius Clei Aguiar (OAB) pediu para registro de foto de todos os presentes.

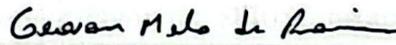
Ficando acordado entre os pares a decisão por meio de enquete no grupo do WhatsApp, com relação às datas e horário das ações, a Presidente Sra. Flávia Ribeiro passou para os informes. Disse que sobre este ponto precisava informar que após um diálogo saudável com a Conselheira Titular do Ministério Público, Sra. Carla Guedes, foi acordado que o órgão não faria mais parte do CONEN, e não entraria na configuração do Novo Regimento Interno, em virtude de que trata-se de um órgão fiscalizador e que não seria coerente para os trabalhos do Conselho. Todos ficaram cientes.

Nada mais a declarar, a Presidente deu como encerrada esta reunião.



Flávia Ribeiro Batista

Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONEN/AM



Geovane Melo de Amorim

Relator